

	<p>SUBSEÇÃO DIEESE- CONDSEF/FENADSEF</p> <p>Setor Bancário Sul – Quadra 1 – Bloco K – Salas 308/314. Edifício Seguradoras. Asa Sul – Brasília/DF CEP: 70.093-900 E-mail: sucondsef@dieese.org.br Telefone / Fax (0xx61) 3031-4211</p>	
---	--	---

Relatório 10¹:

Relatório de acompanhamento da PEC 32

06 de maio de 2021

¹ Este relatório foi elaborado pela Subseção do DIEESE na CONDSEF/FENADSEF (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) para subsidiar as discussões da Direção Executiva e suas entidades filiadas em relação aos trâmites da PEC 32.

1 – Modificações em relação ao relatório anterior (relatório 09)

O relatório de hoje traz as seguintes informações adicionais em relação ao relatório anterior:

- No “item 4 – Tramitação detalhada”, consta a apresentação do requerimento de número 108/2021, que requer a inclusão de convidado nas Audiências Públicas.
- Dados atualizados (até 6 de maio) da enquete relativa à PEC 32 (item 6 desse relatório)

2 – Informações sobre a PEC 32

Informação 01 – **Guedes justifica vetos a projetos aprovados no Congresso**

Foram vetados trechos do programa que cria leitos de UTI para Covid-19 e da ajuda ao setor de eventos

04/05/2021 - 18:51

Paulo Guedes: "Governo faz muito, mas não tem reconhecimento"

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que vários vetos do governo a leis que buscam minimizar os efeitos da pandemia não significam que o Executivo não concorde com as propostas. Ele disse que os vetos ao programa que cria leitos de UTI para Covid-19 financiados pelo setor privado ([Lei 14.147/21](#)) e à ajuda ao setor de eventos ([Lei 14.148/21](#)) foram “jurídicos”. Ou seja, teriam que ser feitos, principalmente pelas regras da [Lei de Responsabilidade Fiscal](#).

Guedes sugeriu que Legislativo e Executivo trabalhem juntos para evitar que as leis sejam aprovadas sem a compensação financeira necessária. As explicações foram dadas em audiência pública conjunta das comissões de Finanças e Tributação; Educação; Seguridade Social e Família; e de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados.

Sobre cortes orçamentários, Paulo Guedes disse que a decisão sobre onde colocar o dinheiro é da “política” e não da “economia”. Mas novamente afirmou que o corte na realização do censo populacional, por exemplo, se deve ao risco de colocar os recenseadores na rua com a pandemia. Guedes pediu mais “tolerância” com o governo que, segundo ele, faz muito, mas não tem reconhecimento.

Calamidade pública

O presidente da Comissão de Finanças e Tributação, deputado [Júlio Cesar \(PSD-PI\)](#), questionou o ministro sobre a possibilidade de um novo refinanciamento de dívidas tributárias, o chamado Refis. Guedes respondeu que prefere apostar na negociação individual com as empresas, o que já teria rendido cerca de R\$ 80 bilhões ao Tesouro.

Muitos deputados criticaram o ministro por não ter defendido a extensão da calamidade pública nos primeiros meses de 2021, o que teria atrasado o auxílio emergencial e a ajuda às empresas. Guedes disse que muitos governadores também acreditaram que a pandemia estava acabando porque desativaram hospitais de campanha.

Para o ministro, o congelamento do salário dos servidores públicos, [com a promulgação da chamada PEC emergencial](#), permitiu o pagamento do auxílio emergencial mesmo sem a prorrogação do estado de calamidade pública.

“Na verdade, o que você faria era abrir um cheque em branco. No ano passado quando se decretou a calamidade pública, podia ter sido gasto 8% do PIB; podia ser 10, 15 ou 20%. E nós achamos que nós temos um duplo compromisso. Nós temos compromisso com a saúde, mas temos compromisso também com a Responsabilidade Fiscal. Nós não podemos incendiar o Brasil. Não somos uma geração de irresponsáveis que faz uma guerra e joga os custos para os netos”, ressaltou.

Reforma administrativa

O deputado [Rogério Correia \(PT-MG\)](#) criticou a reforma administrativa (PEC 32/20) elaborada no Ministério da Economia e afirmou que ela não deveria ser debatida agora por causa da pandemia. “Eu diria que isso é uma covardia. Uma guerra que se faz contra o serviço público sem dar condições aos servidores se organizarem, conversarem com os deputados e deputadas; alterar a emenda que está aqui proposta”, lamentou.

Guedes disse que a reforma administrativa foi elaborada após uma ampla pesquisa do que ocorre no mundo.

Preço do gás e alta do dólar

Ao responder sobre a alta nos preços do gás de cozinha, o ministro declarou que acredita em queda de 40% nos preços em até um ano a partir da recente sanção do Marco do Gás Natural ([Lei 14.134/21](#)). Ele também afirmou que a cotação do dólar deve baixar porque o País estaria se beneficiando de uma nova alta das commodities, que são matérias-primas com preços definidos internacionalmente.

Reportagem - Sílvia Mugnatto
Edição - Geórgia Moraes

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/754668-guedes-justifica-vetos-a-projetos-aprovados-no-congresso/>)

Informação 02 – Reforma administrativa divide opiniões em mais um debate na CCJ

Defensores da proposta pedem Estado mais eficiente, enquanto críticos alertam para precarização dos serviços públicos

03/05/2021 - 19:47

Na quarta reunião da série de audiências públicas que a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados promove sobre a reforma administrativa ([PEC 32/20](#)), o tema voltou a dividir opiniões nesta segunda-feira (3) entre palestrantes e deputados.

Por um lado, os defensores da reforma argumentam que a proposta garantirá um Estado mais moderno e eficiente. Por outro lado, os contrários acreditam que o texto precariza o serviço público, e o coloca a serviço de quem estiver no poder.

A proposta de reforma administrativa enviada pelo Executivo ao Congresso Nacional restringe a estabilidade no serviço público e cria cinco tipos de vínculos com o Estado. Essas mudanças valerão para os novos servidores. O texto estabelece que leis complementares tratarão de temas como política de remuneração, ocupação de cargos de liderança e assessoramento, progressão e promoção funcionais e definição das chamadas “carreiras típicas de Estado”.

- [Conheça a proposta do governo para a reforma administrativa](#)

Prefeituras

A consultora jurídica da Confederação Nacional de Municípios (CNM), Elena Garrido, afirmou que as cidades vinculadas à confederação se colocam a favor de “uma reforma administrativa que seja capaz de modernizar o Estado”. Segundo ela, os prefeitos aguardam a reforma há muito tempo, e o cidadão reclama de pagar uma alta contribuição e ter em troca um serviço público “ineficiente e precário” que, de acordo com Garrido, decorre do engessamento dos orçamentos dos governos locais, aplicados especialmente em folha de pagamento.

Segundo ela, o movimento municipalista, representado pela CNM, quer ver a redação do artigo 37, que trata da administração pública, instituindo regras que possibilitem claramente, por exemplo, a contratação de servidores por prazo determinado, para o atendimento de políticas públicas de outras esferas de poder.

"Os municípios acabam sendo compelidos a admitir pessoal em seus quadros, com concurso público, para execução de atividades que não têm nem sequer a segurança de que terão a devida continuidade, já que os programas governamentais mudam a cada governo”, afirmou Elena Garrido.

Ataque aos direitos

O coordenador de Formação e Organização Sindical da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União, Thiago Duarte Gonçalves, por outro lado, disse que, pelo que conseguiu levantar, nenhum outro governo está usando a pandemia para passar uma reforma de Estado. Ele defende que esse não é o momento adequado para a discussão.

Gonçalves também ressaltou que o texto ataca direitos de servidores atuais, como por exemplo férias de professores, e a possibilidade de extinção de cargos pelo presidente; e não ataca pontos como salários extrateto e nepotismo. Para ele, a PEC é inconstitucional.

“É uma PEC que, do ponto de vista constitucional, ataca, a título meramente exemplificativo, os princípios da impessoalidade e da moralidade ao relativizar ou mesmo deixar como exceção o concurso público e a estabilidade. A gente sabe quais são os objetivos estratégicos de quem fez isso: é substituir as pessoas que respeitam a lei, respeitam a Constituição, e colocar as indicações. Entre os servidores, a PEC é conhecida, infelizmente, como PEC da rachadinha.”

Já Ademar Batista Pereira, presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares, defendeu que o momento é propício para este debate.

“Essa reforma é absolutamente pertinente. O Brasil vive a maior crise econômica da história. E não é o Brasil, é o mundo. A pandemia causou um impacto monstruoso no mundo todo. E muitas atividades econômicas estão paradas no Brasil. Reformar o Estado nós já devíamos ter feito há 20 anos. Nós não fizemos, e agora é a hora.”

Para o deputado [Alencar Santana Braga \(PT-SP\)](#), a reforma fragiliza o serviço público.

“Esse modelo que eles querem é justamente o do Estado frágil, do Estado omissivo, que não consegue prestar o serviço. Nesse modelo que aí está, a gente coloca o conjunto do Estado brasileiro numa posição muito frágil e com possibilidade de cooptação pelo setor privado”, disse.

A CCJ não avalia o mérito, ou seja, o conteúdo da proposta, e sim aspectos técnicos, como, por exemplo, se o texto está de acordo com a Constituição Federal. Depois de passar pelo colegiado, a reforma administrativa ainda precisa ser analisada por uma comissão especial e pelo Plenário, em dois turnos de votação. (grifo nosso)

- [Saiba mais sobre a tramitação de propostas de emenda à Constituição](#)

Reportagem – Paula Bittar
Edição – Roberto Seabra

Fonte: Agência Câmara de Notícias (<https://www.camara.leg.br/noticias/754253-reforma-administrativa-divide-opinioes-em-mais-um-debate-na-ccj/>)

Informação 03 – Guedes adia ida a CCJ para semana que vem

Guedes adia ida a CCJ para semana que vem

Live que vai acompanhar a audiência com participação do ministro da Economia também será remarcada aguardando a confirmação da agenda ministerial

Publicado: 03/05/2021

Condsef/Fenadsef

Em telefonema à presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), deputada Bia Kicis, o ministro da Economia, Paulo Guedes, informou que vai adiar para a próxima semana sua participação em audiência pública sobre a reforma Administrativa, apontada para essa terça-feira, 4, às 11 horas. A nova data ainda não foi divulgada. Com a confirmação do adiamento da presença de Guedes, a live que iria ser transmitida ao vivo com comentários sobre a participação do ministro também será remarcada aguardando a confirmação dessa agenda.

A informação foi dada pelo 1o vice-presidente da CCJ, deputado Marcos Pereira, em questionamento feito pela deputada Maria do Rosário durante audiência pública nessa segunda, 3. A audiência de hoje promoveu debate sobre a admissibilidade da PEC 32/20. Entre os convidados estiveram representantes da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe), Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep), Associação Nacional dos Servidores do Ipea (Afipea), Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Confederação Nacional de Municípios (CNM) e Associação Nacional dos Delegados de

Polícia Federal. A Condsef/Fenadsef deve ter participação confirmada entre as próximas audiências agendadas na CCJ.

Diversos deputados questionaram a urgência da tramitação da reforma Administrativa e cobraram a suspensão de sua tramitação no Congresso. O deputado Alencar Braga reforçou que o momento excepcional da pandemia reforça a necessidade de adiar o debate que é amplo e não se trata de um tema urgente num momento em que o Brasil enfrenta a maior crise sanitária do último século. A Condsef/Fenadsef reforça a preocupação e defende que uma pauta que atinge a Constituição e afeta servidores e serviços públicos, essenciais para o enfrentamento da pandemia, não pode ser debatida e votada sem a ampla participação da sociedade.

A CCJ não avalia o mérito da proposta, e sim aspectos técnicos (admissibilidade), como, por exemplo, se o texto está de acordo com a Constituição Federal. A inconstitucionalidade da PEC 32/20 é apontada por diversos parlamentares e especialistas técnicos já ouvidos em audiências que vem sendo realizadas pela CCJ. Depois de passar pelo colegiado, a reforma ainda deverá ser analisada por uma comissão especial e, em dois turnos, pelo Plenário da Câmara dos Deputados.

Fonte: CONDSEF/FENADSEF (<https://www.condsef.org.br/noticias/guedes-adia-ida-ccj-semana-que-vem>)

Informação 04 – **#CancelaAReforma fica entre os assuntos mais comentados do Twitter**

Tema alcançou destaque na noite dessa segunda-feira, 3, e ficou entre os dez mais comentados do Brasil

Publicado: 03/05/2021

segunda-feira 3 de maio

para você Covid-19 Assuntos do Momento Notícias

Tendências de Brasil

8 · Política · Assunto do Momento

#CancelaAReforma

15,9 mil Tweets

Reprodução/Twitter

Condsef/Fenadsef

Nessa segunda-feira, 3, dia em que mais uma audiência pública debateu a reforma Administrativa na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na Câmara dos Deputados, a hashtag #CancelaAReforma ficou entre os dez assuntos mais comentados do Brasil no Twitter. O ministro da Economia, Paulo Guedes, participaria de um debate na CCJ nessa terça, 4, às 11 horas, mas informou à presidente, deputada Bia Kicis, que sua participação deve ocorrer apenas na semana que vem. [O dia de sua presença na CCJ ainda não foi confirmado.](#)

Servidores públicos de todo o País estão unidos na luta contra a aprovação da PEC 32/20. Enviada ao Congresso Nacional pelo governo Bolsonaro, a reforma Administrativa representará na prática, se aprovada, o fim dos serviços públicos brasileiros. Desde o dia 26 de abril a Câmara dos Deputados realiza uma série de audiências públicas sobre o tema. Diversos especialistas e parlamentares já alertaram para a inconstitucionalidade da matéria e os riscos da reforma Administrativa para os serviços públicos e para a população. A proposta tem como objetivo retirar mais recursos do setor público, acabar com a estabilidade dos trabalhadores e ocupar os cargos públicos com apadrinhados dos governos, que são transitórios. Ela atinge os governos federal, estaduais e municipais.

Entenda a PEC 32

Em tramitação na Câmara dos Deputados, o projeto de Bolsonaro/Guedes representa um verdadeiro retrocesso às conquistas do funcionalismo público e do próprio povo brasileiro. Entre as principais consequências da proposta estão:

- Fim da estabilidade: o servidor ficará refém do chefe de plantão;
- Fim do concurso público: não será mais possível garantir a qualificação adequada do trabalhador do setor público;
- Extinção dos atuais planos de carreiras: um prejuízo para atuais e futuros servidores, além dos próprios aposentados.

O texto traz ainda muito outros prejuízos aos brasileiros. Fique atento às nossas postagens aqui no site e nas nossas redes sociais. Se engaje nessa campanha compartilhando nossas matérias, vídeos e cards.

'Cancela a Reforma'

Essa semana a Condsef/Fenadsef, em conjunto com suas filiadas, lançou a campanha "Cancela a Reforma" criada para ajudar a divulgar os perigos da PEC 32/20, da reforma Administrativa. A "Cancela a Reforma" disponibiliza uma série de materiais didáticos para que você entenda os perigos da reforma Administrativa. Uma cartilha com verdade e mentiras sobre a PEC 32 está entre esses conteúdos. [Acesse aqui e fique por dentro de tudo.](#) Ajude a divulgar. Compartilhe a cartilha com amigos e familiares. A luta contra a reforma Administrativa depende de todos nós.

Para somar forças à luta contra a reforma Administrativa, um outro desafio foi lançado. **Conseguir mil votos na opção "Discordo Totalmente"** da enquete da Câmara dos Deputados. **Já votou na enquete?** [Clique aqui para participar.](#)

Nos siga nas redes

A campanha "Cancela a Reforma" está no Instagram, Facebook, Twitter e YouTube. **Procure por @cancelaareforma.** Siga, curta e compartilhe os materiais da campanha e ajude a defender os serviços públicos brasileiros.

Você quer receber todas as informações da luta contra a reforma administrativa? Fortaleça essa luta contra o fim dos serviços públicos brasileiros. Receba informações direto em seu celular. **Salve nosso número (61) 98357-4114 e envie um Oi.**

Com informações do Sindsep-DF

Fonte: CONDSEF/FENADSEF (<https://www.condsef.org.br/noticias/cancelaareforma-fica-entre-os-assuntos-mais-comentados-twitter>)

3 – Situação atual que se encontra

SITUAÇÃO
Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC)

CAMINHO DA PROPOSTA

CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Início
- CCJC → ESTÁ AQUI
- Plenário Virtual

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA
Designado Relator, Dep. Darci de Matos (PSD-SC)
Chegou à comissão em: 09/02/2021

SENADO FEDERAL
Não há tramitação no Senado

REGIME DE TRAMITAÇÃO
Especial (Art. 202 c/c 191, I, RICD)
Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

■ Entenda

QUEM VIU ESTA PROPOSTA VIU TAMBÉM

- MSC-463/2017
Consolida a legislação brasileira de telecomunicações e de radiodifusão.
- PDC-936/2018
Consolida a legislação brasileira de telecomunicações e de radiodifusão.

DISCURSOS EM PLENÁRIO

- 19/04/2021
Alice Portugal (PCdoB-BA)
- 15/04/2021
Erika Kokay (PT-DF)
- 30/03/2021
Ricardo Silva (PSB-SP)
- 25/03/2021
Rogério Correia (PT-MG)
- Mais discursos

Fonte: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083>

4 – Tramitação detalhada

05/05/2021

Andamento: (comissão de constituição e justiça e de cidadania (CCJC))

- Apresentação do Requerimento n. 108/2021, pelo Deputado Darci de Matos (PSD/SC), que " Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa". Requer a inclusão de convidado nas Audiências Pública para discutir a PEC nº 32, de 2020. No caso, representante da entidade APCN- ASSOCIAÇÃO DOS POLICIAIS DO CONGRESSO NACIONAL.
- **Inteiro teor:**
(https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2005099)
 - Fonte: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083>

5 – Enquete da PEC 32

The screenshot shows the website for PEC 32/2020. The main heading is "Proposta de Emenda à Constituição PEC 32/2020". There is a green "OPINE" button. Below the heading, there are links for "Texto original" and "Siga esta proposta". The "EMENTA" section states: "Altera disposições sobre servidores, empregados públicos e organização administrativa." The "ENTENDA A PROPOSTA" section explains that the proposal changes devices for servers and public employees and modifies the organization of the public administration. The "AUTOR" is listed as "Poder Executivo". The "SITUAÇÃO" is "Aguardando Parecer do Relator na Comissão de Constituição e Justiça e de". On the right side, there is a notification box asking if the user prefers this version, a section for "SUA OPINIÃO SOBRE ESTA PROPOSTA" with a "Vote na enquete" button, and a section for "QUEM VIU ESTA PROPOSTA" with the text "VIII TAMBRÉM". The browser's address bar shows "camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083".

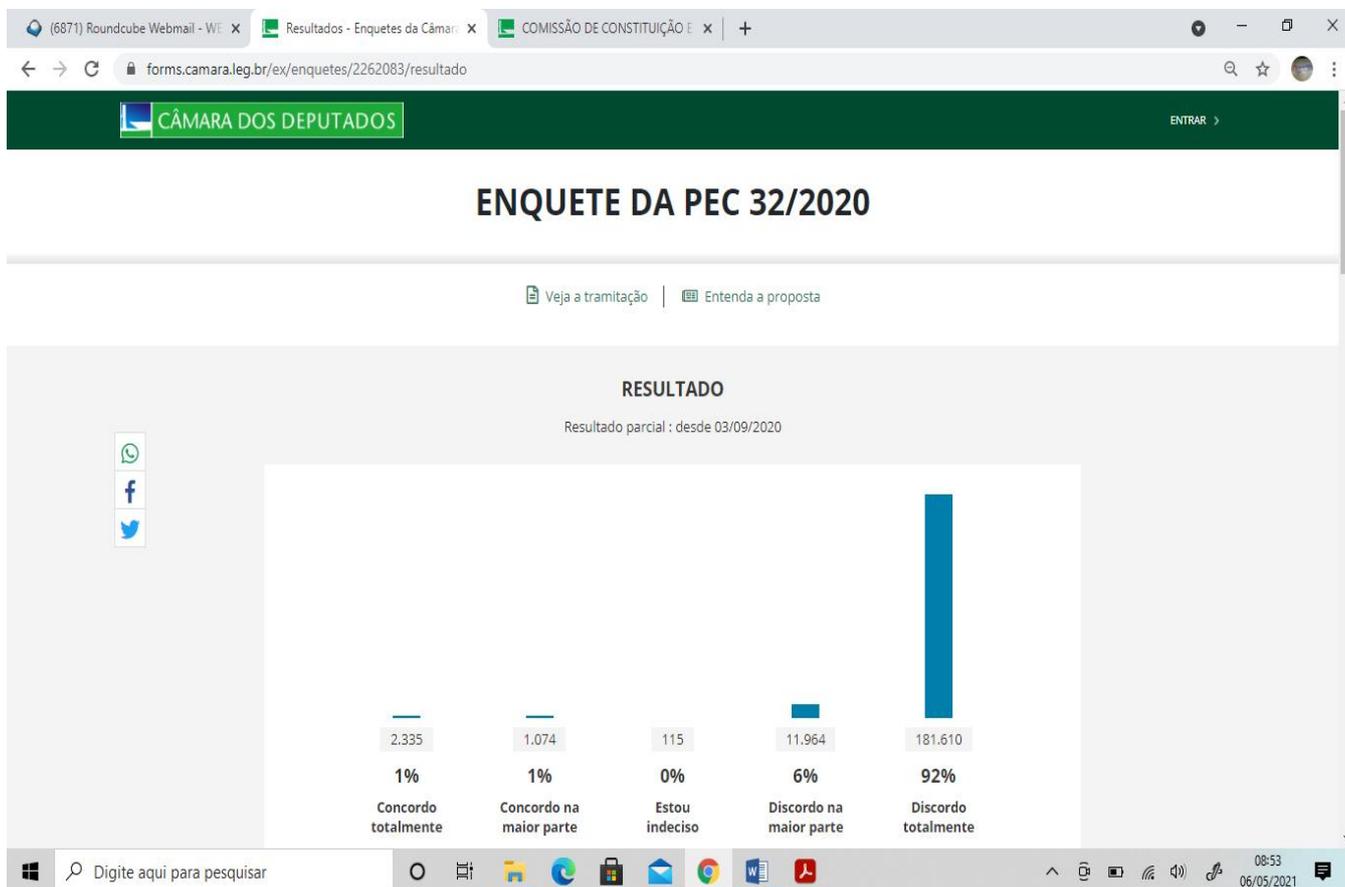
VOTE NA ENQUETE – COMO ACESSAR:

<https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083>

The screenshot shows a voting interface with a red banner at the top that reads "Você já votou no site da Câmara contra a Reforma Administrativa PEC 32?". Below the banner, there is a link "Veja a tramitação". The main question is "QUAL SUA OPINIÃO SOBRE A PEC 32/2020?". There are five blue buttons for voting: "Concordo totalmente", "Concordo na maior parte", "Estou indeciso", "Discordo na maior parte", and "Discordo totalmente". Below these buttons is a grey "VOTAR" button. At the bottom, there is a large graphic that says "CANCELA A REFORMA Já!" with a hand cursor pointing to the "Discordo totalmente" button.

6 – Enquete da PEC 32 (Resultado atualizado)

[Dia da consulta à enquete: 06 de maio](#)



FONTE: <https://forms.camara.leg.br/ex/enquetes/2262083/resultado>

7 – Acesso às reuniões ocorridas na CCJ

REUNIÕES ANTERIORES

É possível consultar vídeos, áudios, íntegras em texto e resultados das reuniões.

ACESSE: <https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ccjc>

The screenshot displays a web browser window with the URL www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ccjc. The page is divided into two main sections: 'AGENDA' and 'REUNIÕES ANTERIORES'.

AGENDA
HOJE quinta-feira, 06 de maio

Após reunião de Discussão e Votação de Propostas Reunião Deliberativa Convocada
Coordenador Anexo II, Plenário 01 de Bancada

Agenda completa →

REUNIÕES ANTERIORES
Consulte vídeos, áudios, íntegras em texto e resultados das reuniões.

MAIO 2021

D	S	T	Q	Q	S	S
				6	7	8
2	3	4	5			
9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22
23	24	25	26	27	28	29
30	31					

PESQUISA

Palavra-chave:

Data inicial: 06/05/2021 Data final: 06/05/2021

BUSCAR